

Apresentação

Maria Ligia Coelho Prado¹

Valdir Donizete dos Santos Junior²

Vivemos um tempo em que as inquietações e demandas do presente parecem nos consumir, ou mesmo, nos devorar. Enfrentamos a maior pandemia dos últimos cem anos, aliada a um quadro de crise política em que imperam ameaças antidemocráticas e que está marcado por um crescente processo de destruição ambiental, pelo aumento visível da miséria e das desigualdades, pelos ataques constantes aos debates sobre as questões de gênero e pelo desmonte do investimento público em áreas tão fundamentais como a saúde, a educação, a cultura, a ciência e a tecnologia. Assim, voltar-se para o século XIX latino-americano seria, então, algo demasiadamente distante e pouco atrativo?

A História, entretanto, nos ajuda a refletir com mais pertinência sobre esse presente por vezes tão complexo e incompreensível. Mesmo não sendo necessariamente a “mestra da vida”, como defendia o célebre orador romano Cícero, a História caminha conosco, de mãos dadas, nos apontando uma série de caminhos perigosos já percorridos por muitos que nos precederam, mas deixando também evidente que é possível ter esperança e seguir alentando alguma utopia. Quem estuda História sabe que ela é preche de rupturas, mudanças e transformações, mesmo que estas se deem, como dissera Marx em um de seus textos mais inspirados, não da maneira como querem os indivíduos. Não por acaso, é sempre vista com desconfiança pelos defensores do status quo e, mais que isso, como um perigo para os que acalentam projetos autoritários.

Por outro lado, a História também se faz de permanências e por processos estruturais de “longa duração” não somente nos âmbitos econômico e social, mas também nos aspectos culturais e nas linguagens políticas. Ao voltar-se para o passado, e mais especificamente para o século XIX na América Latina, nos deparamos com um quadro

¹ Professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

² Professor do Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

dinâmico de transformações e continuidades que evocam diálogos necessários entre as experiências pretéritas e o momento presente.

Como é possível perceber por meio da análise empírica, muitos dos debates travados na atualidade, tratados frequentemente como grandes novidades, já estavam colocados, mesmo que com outras roupagens e colorações, nas décadas posteriores às independências. Apenas para ficar em uns poucos exemplos, conceitos como “cidadania”, “democracia”, “liberalismo”, conservadorismo”, “republicanismo”, entre outros, tiveram, no século XIX, com a construção dos Estados nacionais da região, intensos embates em torno dos seus significados. Da mesma forma, a temática étnico-racial, no âmbito das disputas políticas e das identidades, se apresentou frequentemente como uma questão fundamental desse período, nas lutas das populações negras, indígenas e mestiças, nas disputas por territórios e direitos e nos diversos projetos intelectuais de construção da nacionalidade e das identidades.

Especificamente para nós, brasileiros, voltar os olhos para os nossos vizinhos latino-americanos é causa frequente de sentimentos ambíguos em um misto de familiaridade e estranhamento. O olhar brasileiro sobre o que se passa nas antigas regiões de colonização espanhola percebe as similaridades e, ao mesmo tempo, nota as distâncias, a começar pela língua. Como já foi dito em outros lugares, parafraseando o historiador mexicano Edmundo O’Gorman que afirmara, no clássico *A invenção da América*, que o nosso continente seria e, ao mesmo tempo, não seria a Europa, o Brasil, ao longo da História, é e, ao mesmo tempo, não é América Latina. Entretanto, pensar a História de nosso país dentro do quadro mais amplo latino-americano pode ser uma das formas mais instigantes de escapar de perspectivas nacionalistas e eurocêntricas sobre o passado.

Quando tratamos especificamente do século XIX, o pertencimento ou não do Brasil à região adquire contornos ainda mais ambivalentes. O ano de 1808, marco da presença napoleônica na península ibérica, se apresenta como fundamental para a compreensão dos desdobramentos históricos vivenciados pelas antigas possessões ibéricas no Novo Mundo. Enquanto a fração portuguesa da América se tornou sede de uma monarquia sob a égide da Casa de Bragança, a “acefalia” dos antigos domínios borbônicos após a prisão do rei espanhol Fernando VII resultou, nos anos seguintes, nas

guerras de independência e na formação de diversos Estados nacionais autônomos. A adoção de um regime marcado pela continuidade dinástica no Brasil após 1822 buscou, inclusive como forma de legitimação e justificação, construir uma narrativa que apostava na exaltação de um pretenso caráter pacífico e ordeiro da nacionalidade. A América Hispânica do século XIX era, para setores importantes das elites brasileiras, um espelho invertido do Império, caracterizada pela instabilidade política, pela anarquia e pela barbárie.

Essas imagens estereotipadas e negativas, é preciso que se diga, também estiveram presentes na retórica de muitos políticos e letrados da América Hispânica das décadas posteriores às independências. A decepção com os novos regimes republicanos e o sentimento de inadequação entre a realidade local e as novas legislações e instituições estatais adotadas após os processos de emancipação foram recorrentes ao longo do século XIX. Grande parte do arcabouço legal recém-estabelecido e das ideias que passaram a reger os Estados nacionais em construção foram, muitas vezes, denunciados como cópias mal feitas de estruturas francesas, britânicas e norte-americanas, descoladas das necessidades das novas nações. A América Latina era, para muitos, um espaço marcado pelo caos e pela ingovernabilidade. Muitas dessas percepções e concepções, ressalte-se, permanecem em uma série de discursos e lugares-comuns ainda hoje.

Na historiografia das últimas décadas, o quadro tem se apresentado felizmente como mais auspicioso e se caracterizado pelo questionamento desses preconceitos alimentados pelo senso comum durante quase dois séculos. Além de pesquisas em campos já consolidados como a História Cultural e a “nova” História Política, uma diversidade de abordagens teóricas e metodológicas tem enriquecido sobremaneira a compreensão sobre a história latino-americana do século XIX. A História dos conceitos e das linguagens políticas têm atraído uma série de investigadores buscando complexificar o entendimento sobre a mobilização dos novos vocabulários no processo de construção de uma modernidade da região. Já o diálogo com os estudos pós-coloniais e, mais recentemente, decoloniais têm colocado novos problemas aos historiadores, especialmente ao reposicionar as discussões sobre as relações entre o local e o global, os “centros” e as “periferias”, e por repensar temáticas como o “imperialismo”, a

“colonialidade” e a “modernidade”. Da mesma forma, têm apresentado novas possibilidades de compreensão sobre o passado de grupos subalternizados em termos sociais, étnico-raciais e de gênero. Além desses importantes aportes à pesquisa acadêmica sobre o século XIX latino-americano, a historiografia que se debruça sobre a região tem assistido também a uma importante mudança de escala das análises. Em vez de abordagens estritamente nacionalistas e eurocêntricas, perspectivas comparadas, conectadas e transnacionais têm enriquecido a compreensão sobre a História das Américas ao destacar os intercâmbios, circulações e conexões nos quadros locais e globais.

Algumas dessas abordagens, como será possível perceber nas próximas páginas, estão presentes no Dossiê da Revista Eletrônica da ANPHLAC que ora apresentamos: “América Latina no século XIX: cultura, política e sociedade”.

Dois artigos desta coletânea se dedicam ao México do século XIX: “Senderos que se bifurcan: el conservadurismo mexicano a mediados del siglo XIX”, de Érika Pani; e “Liberais conservadores: o positivismo mexicano e a linguagem política do Porfiriato”, de Rafael Pavani da Silva. Ambos os textos apresentam um diálogo bastante consistente com os debates recentes sobre o estudo das linguagens políticas e se posicionam frente ao que o historiador norte-americano Charles A. Hale chamou de “os dois grandes mitos políticos da nacionalidade mexicana”: o Liberalismo e a Revolução de 1910.

O artigo de Erika Pani, professora de El Colégio de México, propõe uma releitura da dicotomia entre liberais e conservadores que durante muito tempo foi uma das linhas mestras da historiografia mexicana sobre o século XIX. Contraopondo-se a uma visão simplificadora do conservadorismo mexicano, Pani demonstra as transformações e clivagens do pensamento desse grupo entre o fim da guerra contra os Estados Unidos em 1848 e os debates em torno da Constituição de 1857. Em sua perspectiva, se em um primeiro momento, sua retórica política buscava contestar, enfrentar e reparar os projetos liberais dentro de um quadro semântico partilhado com seus rivais, posteriormente, sua linguagem foi encampando, cada vez mais, um tom religioso, dificultando o diálogo entre os partidos em um quadro de polarização crescente da sociedade mexicana, o que

contribuiu, de certa forma, para os anos de guerra civil que se estenderiam no país até 1867 com a vitória dos liberais.

Já Rafael Pavani analisa a construção e permanência de uma “cultura política” no México entre fins do século XIX e inícios do século XX. Debatendo com defensores de uma perspectiva que afirmava uma ruptura fundamental entre as ideias que guiavam, por um lado, o Porfiriato (1876-1910), e, por outro, a Revolução Mexicana, o autor analisa permanência e continuidades das linguagens políticas no país nos períodos anteriores e posteriores aos eventos de 1910. Em sua argumentação, concepções de intelectuais como Gabino Barreda, Justo Sierra, bem como outros dos chamados *científicos*, continuaram presentes na retórica pós-revolucionária. Dessa forma, tanto o texto de Pani quanto o de Pavani se apresentam como contribuições bastante fecundas para a compreensão do século XIX mexicano, escapando de dicotomias e simplificações nas relações entre liberais e conservadores ou entre o Porfiriato e a Revolução.

As várias faces dos debates em torno da temática étnico-racial na América Latina do século XIX também estão presentes nos diversos artigos do Dossiê. Em “Discursos raciais e diagnósticos sobre as nações americanas na segunda metade do século XIX em *Conflicto y armonías de las razas* de Sarmiento”, Maria Elisa Noronha de Sá, em um texto inspirado pela perspectiva teórica do historiador alemão Reinhart Koselleck, se debruça sobre os significados do conceito de “raça” em um dos autores mais importantes e controversos de nosso continente no século XIX, o argentino Domingo Faustino Sarmiento. Para Noronha de Sá, o conceito de “raça” seria, conforme o autor de *Conflicto y armonías de las razas*, depositário de “experiências” e “expectativas” e articulador de hierarquias, constituindo-se como fundamental para a compreensão do passado e para a projeção do futuro da Argentina, não somente em relação à Europa e aos Estados Unidos, mas também aos demais países hispano-americanos.

A temática indígena na Argentina também está presente em “‘Questão de índios’ e ‘questão de fronteiras’: conexões transnacionais entre os Estados Unidos e a Argentina pelas cartas de Miguel Malarin”, de Ana Carolina Pompeu. Assumindo as abordagens das histórias transnacionais, a autora analisa a correspondência enviada pelo militar argentino Miguel Malarín ao general Júlio Argentino Roca, um dos principais líderes das

campanhas expansionistas contra os territórios indígenas na década de 1870 e, posteriormente, presidente da república argentina. Nesse artigo, Pompeu demonstra como a percepção de Malarín sobre a “questão dos índios” e a “questão das fronteiras” nos Estados Unidos, em fins da década de 1870, impactou suas perspectivas acerca das políticas a serem adotadas em torno dessas temáticas na Argentina da segunda metade do século XIX. Diferentemente de Roca que propunha o enfrentamento bélico contra as populações originárias, Malarín buscava apresentar propostas alternativas, que carregavam igualmente certo grau de violência, propondo a “incorporação” dessas populações a um modelo de sociedade capitalista e liberal e, ao mesmo tempo, a consolidação dos limites do Estado nacional argentino.

Outro artigo que discute a questão indígena é ““Pelear hasta vencer los huincas”: a conquista do Wallmapu e a resistência mapuche no século XIX”, de Alessandra Seixlac. Nesse texto, a autora busca não somente compreender as estratégias das elites chilenas em relação à conquista de territórios habitados pelas populações originárias, mas também como os próprios mapuches articularam sua resistência e a defesa da região do chamado Wallmapu. Por meio de fontes retiradas principalmente da imprensa chilena da segunda metade do século XIX, é possível entrever no texto de Seixlac as intrincadas relações que envolviam, para além do processo de consolidação do Estado e das fronteiras chilenas, a complexidade de uma região que poderia ser caracterizada, nos termos de Mary Louise Pratt, como uma “zona de contato”, marcada por trocas, disputas e conflitos entre as populações originárias e os grupos *criollos* do Chile e da Argentina.

As disputas políticas, militares e diplomáticas na parte mais ao sul do continente também estão presentes em “Quando um general passa a ser chamado de caudilho: observações, análises e vocabulários políticos dos diplomatas do Império brasileiro na Argentina (1870-1876)”, de Gabriel Passetti. Nesse artigo, Passetti discute como as revoltas do líder político da província de Entre Rios, Ricardo López Jordán, apresentado muito frequentemente pela historiografia como “o último caudilho federal em armas”, foram descritas e analisadas nos textos dos diplomatas brasileiros na Argentina. Ao contrário do que se poderia imaginar, a despeito da visão bastante negativa dos representantes do Império sobre a república e as disputas políticas no país vizinho, o

conceito de “caudilho” só foi mobilizado pela diplomacia brasileira em episódios marcados por derrotas do líder entrerriano. Na maior parte das vezes, López Jordán era tratado nos documentos oficiais, como “general”. Dessa forma, além de matizar a visão dos brasileiros a respeito da política argentina da década de 1870, o texto também problematiza a utilização do termo “caudilho” nos vocabulários políticos da época. Tratado nesses termos, tanto pela historiografia liberal quanto pelo revisionismo peronista, López Jordán foi muito raramente descrito dessa forma nos relatos diplomáticos a serviço do Império.

A perspectiva brasileira sobre as disputas políticas e bélicas na América do Sul é o eixo central de “A Guerra do Paraguai apresentada sob a ‘perspectiva militar’ na imprensa ilustrada do Rio de Janeiro”, de Lúcia Stumpf. O artigo analisa como a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai foi veiculada nas revistas ilustradas do Rio de Janeiro *Semana Ilustrada* e *Vida Fluminense*. Propondo uma comparação entre as formas de representar o conflito sul-americano e a construção de um repertório visual da Guerra Civil Norte-Americana (1861-1865), a autora discute como predominaram nessa fração da imprensa brasileira imagens produzidas por militares, que destacavam aspectos mais técnicos da guerra, como mapas, vistas, planos de ação, etc., retirando as pessoas de cena. Na concepção de Stumpf, a forma como o “teatro de guerra” entrava nas residências fluminenses por meio de tais publicações em vez de mobilizar os leitores, os teria colocado, ao contrário, em uma posição de espectadores distantes do conflito que se desenrolava no Paraguai.

A imprensa se constitui no corpus documental fundamental do artigo de Marcus Vinicius de Moraes “Conquista e Nova Conquista: dos Libertadores ao ‘Libertador’ - as independências e os usos do passado”. Analisando os periódicos venezuelanos, o “realista” *Gaceta de Caracas* e o “patriota” *Correo del Orinoco*, Moraes discute como os episódios relacionados à Conquista da América pelos espanhóis e, especialmente, a figura histórica de Hernán Cortés foram valorizados tanto por defensores quanto por inimigos dos processos de emancipação. Da mesma forma, mostra como a figura de Simón Bolívar foi sendo construída nesses diálogos, disputas e narrativas até ser consagrado como “o Libertador”. Além de explicitar a importância dos periódicos nos embates que cercaram

as independências, o texto discute como o passado pode ser mobilizado como um artefato importante da luta política.

Por fim, também alicerçado em fontes provenientes da imprensa está o artigo “José Martí, a Guerra Civil norte-americana e o pensamento político dos abolicionistas nos Estados Unidos (décadas de 1880 e 1890)”, de Lucas Machado dos Santos. Tendo como norte as perspectivas da história transnacional e da história intelectual, o autor busca se ancorar nos debates historiográficos mais recente sobre a Guerra Civil norte-americana, para compreender como as interpretações do intelectual cubano José Martí sobre o conflito secessionista e os debates raciais nos Estados Unidos contribuíram para suas formulações anticoloniais, anti-imperialistas e abolicionistas nas décadas de 1880 e 1890. Dessa forma, o autor defende a tese de que as leituras feitas por Martí sobre os eventos norte-americanos forneceram ao intelectual ferramentas e estratégias para o andamento das lutas políticas a serem travadas em Cuba.

Em suma, os artigos deste Dossiê proporcionam uma reflexão consistente e adensada sobre algumas das questões mais prementes que nos perseguem ainda hoje em pleno século XXI.

Este número também traz colaborações nas seções de Artigos Livres e Resenhas. São três os artigos de temáticas livres que compõem o volume. O primeiro deles, de autoria de Berno Logis, trata da questão do preconceito racial nos primeiros anos da Revolução Haitiana, analisando seus impactos na Constituição de 1805. Este preconceito, atravessado por relações sociais, jurídicas e raciais, teria, segundo o autor, jogado papel importante na desunião entre negros e mestiços na sociedade colonial francesa até o século XVIII. A análise da hierarquia racial e de seus desdobramentos é feita a partir do estudo da figura de Julien Raymond, mestiço que angariou fortuna e que, não se enquadrando nas categorias dicotomizadas (brancos escravistas *versus* negros escravizados) que pautavam as divisões predominantes naquela sociedade, engajou-se como um dos principais representantes na luta contra a desigualdade racial na ilha.

Na sequência, Mariana Dovic apresenta um artigo em que analisa os dispensários de lactantes em Buenos Aires entre 1935 e 1945. Neste período, a instância política da Municipalidade dispensava atenções a esse tipo de serviço, entendendo a ligação mãe-

filho a partir de um binômio indissociável embasado em uma noção de família nuclear que mantinha conexões com concepções eugenistas. A documentação compulsada – Anais de Sociedades de Puericultura e de Medicina - permite entender, ancorada sobre as perspectivas de Michel Foucault, esse tipo de conhecimento produzido sobre a relação mãe-filho como um dispositivo que vinculou saber e poder, visando o controle, ordenações e normatizações sociais.

O terceiro artigo da Seção traz os resultados de uma ampla pesquisa realizada por Vágner Camilo Alves e Emilio Reis Coelho, sobre a Revista Marítima Brasileira, órgão da Marinha Brasileira. Os autores comparam a produção desse veículo nos períodos anterior e posterior à Guerra das Falklands/Malvinas (1982), buscando entender o papel que o Conflito no Atlântico Sul pode ter jogado sobre a dinâmica de mudanças e permanências do pensamento estratégico naval brasileiro frente ao confronto da Guerra Fria.

Esses trabalhos trafegam entre os âmbitos da história social, cultural e política, compondo um quadro de produções que cumpre o papel da Seção, de divulgar uma produção de pesquisa científica diversificada do ponto de vista temático e temporal, no escopo da história latino-americana.

A seção de Resenhas também apresenta produções recentes abrangendo um leque temático amplo. Luiz Estevam de Oliveira Fernandes resenha o livro *Percorrendo o vazio: intelectuais e a construção da Argentina no século XIX*, de José Alves de Freitas Neto, publicado pela Intermeios em 2021. A obra resenhada é resultante da pesquisa de Livre-Docência do autor, que é docente de História da América na UNICAMP. O foco do livro é o estudo da história intelectual argentina da primeira metade do século XIX por meio do periódico *La Moda*, vinculado à chamada Geração de 1837. Luiz Estevam assinala as contribuições desta produção frente a um vasto arsenal de textos voltados a esse tema que considerado clássico na historiografia latino-americana.

Igor Lemos Moreira assina a resenha do livro de Elizabeth Schwall, intitulado *Dancing with the revolution: Power, Politics, and Privilege in Cuba* e publicado em 2020 pela Editora da Universidade da Carolina do Norte. De acordo com Moreira, o livro se inscreve na linha historiográfica de trabalhos que tendeu a extrapolar os limites do político

e do econômico e adentrar em territórios da política cultural, dos marcadores sociais da diferença e do cotidiano. O tema tratado é especificamente a dança em Cuba entre entre anos 1930 e 1990 e a autora parte da hipótese central de que esta arte opera criando identidades, narrativas e subjetividades, seja a partir da adesão a governos ou por meio das expressões de resistência política.

Finalmente, Vítor Wagner Neto de Oliveira apresenta o livro de Fabio Luis Barbosa dos Santos e Daniel Feldmann, *O médico e o monstro: uma leitura do progressismo latino-americano e seus opositos*, publicado em 2021 pelo Editorial Elefante. O autor destaca o caráter polêmico da obra, sobretudo no que diz respeito ao que aponta como limites do progressismo latino-americano, que, paradoxalmente, teria, segundo Santos e Feldmann, fortalecido uma lógica que aprofunda fraturas sociais. Baseando-se nos exemplos trazidos pelo livro, a resenha aborda as ondas progressistas e neoconservadoras da contemporaneidade na América Latina.

Mais uma vez a Revista Eletrônica da ANPHLAC brinda a associação da qual faz parte, seus associados e leitores em geral com um número que apresenta estudos de grande qualidade e que mostram a solidez e a riqueza de trabalhos voltados para a história das Américas. Que todos/as possam usufruir da melhor maneira das produções aqui veiculadas.